Produzir

Desequilíbrio no setor sucroenergético



Cesário Ramalho da Silva*

DEPOIS DE mais de sete anos com o preço de gasolina congelado para o varejo, o Conselho de Administração da Petrobras divulgou aumento de 7,83%, sem o qual, segundo a estatal, seria impossível manter os investimentos programados para o Pré-sal no futuro.

No Brasil, o petróleo é da União. Por esta razão, além dos impostos, é cobrado das petrolíferas que aqui operam o valor referente ao petróleo extraído. O preço da gasolina deve cobrir o valor do petróleo, o custo de extração, de refino, de distribuição e varejo, além das margens dos segmentos envolvidos.

Por outro lado, o preço do álcool não é tabelado. Na prática, porém, seu teto é de 70% do preço da gasolina, em razão do menor rendimento em termos de quilômetros rodados por litro.

Nossa produção de álcool começou no Brasil Colônia e teve o auge nos anos 70 com o Proálcool, que contribuiu para o reequilíbrio da nossa balança de pagamentos, abalada fortemente pelo choque do petróleo. A tecnologia brasileira é líder em toda a cadeia, das novas cultivares de cana até a fabricação das usinas e dos equipamentos. Nos últimos anos, o setor também tem se destacado como gerador de empregos de qualidade à medida que a mecanização da colheita avança.

No entanto, as dificuldades atuais do setor sucroenergético são muito mais graves que as da Petrobras. Até 2008, a produção de álcool vinha crescendo rapidamente, mas, a partir daí, as margens de lucro, que já eram pequenas, desapareceram. Após a suspensão de novos investimentos, tivemos o começo da desnacionalização e vemos agora a redução da produção e o início do desmantelamento do setor.

Coincidentemente, a partir de 2008, a crise financeira reduziu drasticamente a demanda mundial e sobrevalorizou o real, prejudicando nossas exportações industriais e aumentando as importações de manufaturados, além de expor todas as dificuldades de se produzir no Brasil. Em decorrência disto, passamos a incorrer em déficits crescentes de conta corrente, compensados até recentemente pelos investimentos diretos, que neste momento arrefecem.

Não é prudente permitir o desmantelamento do complexo sucroenergético, cuja construção custou caro ao Brasil, pelo pioneirismo e tamanho atual. O custo de reequilibrar o setor é insignificante, comparado ao seu valor. No entanto, somente o governo pode encaminhar soluções, dado o nível de intervenção estatal no setor de combustíveis líquidos.

O reequilíbrio da economia alcooleira teria repercussão importante no dinamismo da economia brasileira como um todo, reduzindo importações e aumentando exportações de álcool, gasolina e demais derivados do petróleo.

Mas este setor tem ainda mais relevância para os demais segmentos da agricultura. A alta tecnologia aplicada à cana-de-açúcar se propaga pelas demais culturas, sendo um indutor do desenvolvimento porteira adentro. Além disso, quase 30% da cana são produzidos por fornecedores, pequenos e médios produtores, distribuindo renda e dinamizando a atividade econômica em todo o interior do Brasil. Por estas razões, a indústria da cana-de-açúcar é em grande parte responsável pelo *boom* que a agricultura viveu nos últimos anos.

Caso o governo tome a decisão de reativar a produção de etanol, essa retomada será lenta. Primeiramente, será preciso produzir as mudas de cana-de-açúcar, plantar os canaviais, esperar cerca de um ano e meio para a colheita e, só então, produzir o combustível.

Para tanto, será necessário aliar políticas de longo prazo, com a administração microeconômica da estrutura tributária incidente sobre o etanol. O governo terá também de disponibilizar um programa de capitalização da indústria e definir a política para investimentos estrangeiros na agricultura.

Não há dúvida de que a indefinição de políticas equilibradas para a produção e o comércio de combustíveis líquidos colocará a perder um dos poucos setores da economia brasileira em que temos tecnologia de primeira linha e boa participação de capitais nacionais. Sem falar nos benefícios ambientais, ocupação racional do território, e na redução da dependência de petróleo, que é finito. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira